

Orçamento do Rio não cobre as despesas

O orçamento do Estado do Rio de Janeiro de 1983 já está totalmente comprometido com despesas de pessoal, manutenção e custeio da máquina administrativa e pagamento de dívidas. Ou seja: o Governo Brizola até o final do ano não terá recursos para qualquer investimento, a não ser que consiga novos empréstimos ou dinheiro do Governo Federal.

A informação foi prestada ontem pelo Secretário de Planejamento, Fernando Lopes, cuja equipe está refazendo as contas do orçamento do Estado, "que está cheio de erros e imprecisões. Por exemplo, ele contém uma dotação federal de Cr\$ 90 bilhões em função da Lei da Fusão. Essa dotação não existe mais e tem que ser abatida do valor total do orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa no ano passado", revela Fernando Lopes.

Com essa redução obrigatória ("porque isso não existe", diz Fernando) de Cr\$ 90 bilhões, o Orçamento que seria de Cr\$ 968 bilhões (inclusive Cr\$ 50 bilhões de autarquias e fundações) cai para Cr\$ 878 bilhões. E aí ainda estão previstos Cr\$ 194 bilhões relativos à captação externa (Cr\$ 35 bilhões), operações internas (Cr\$ 40 bilhões) e colocação de títulos estaduais (ORTRJs no valor de Cr\$ 120 bilhões).

Fernando Lopes assegura no entanto que esses recursos são insuficientes para as necessidades do Estado. Isto porque, segundo ele, as despesas com pessoal atingirão Cr\$ 502 bilhões (no orçamento original a previsão para este gasto era de Cr\$ 303 bilhões); outros Cr\$ 318 bilhões serão destinados às despesas de manutenção e custeio. Nos cálculos da Secretaria de Fazenda, há ainda uma despesa a ser contabilizada de Cr\$ 106 bilhões relativa a dívidas diretas e indiretas do Estado. Nos cálculos da Secretaria de Fazenda, esse total deverá atingir Cr\$ 175 bilhões. "Portanto, mesmo sem investir nada, o orçamento do Estado vai virar o ano com déficit", garante o Secretário de Planejamento.

O Secretário de Fazenda do Estado, César Maia, enviou ontem uma carta ao Ministro do Planejamento, Delfim Neto, pedindo autorização para que o Estado do Rio obtenha empréstimo externo de 200 milhões de dólares (Cr\$ 104 bilhões 410 milhões, ao câmbio atual), para cobrir parte do déficit do orçamento previsto para este ano.

Diante da impossibilidade de cobrir o déficit orçamentário, César Maia sugeriu ao Ministro que o empréstimo externo fosse autorizado de formas alternativas: em primeiro lugar, com prioridade para que o Estado obtenha esse empréstimo com a garantia da União, naturalmente referindo-se à divisão dos dólares que entrarão no país este ano através dos projetos de renegociação da dívida.

Como alternativa, pediu autorização para que o Estado tenha acesso ao crédito diretamente no mercado internacional ou através de repasse de instituições financeiras nacionais dos recursos já captados no exterior.